

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Folha de São Paulo

Class.: Salesianos 678

Data: 03.08.80

Pg.: _____

Denúncia atribui massacre indígena aos salesianos

PSL. 03/07/80
CARLOS ALBERTO LUPPI, enviado especial

MANAUS — "Racismo", "negligência genocida", "apropriação ilícita de terras tradicionais e legalmente indígenas" e "atos etnocidas sistemáticos" contra a população de quase 17 mil índios do Vale do Rio Negro, no Estado do Amazonas. Estas são as principais acusações que pesam contra as missões dos padres salesianos da Prelazia do Rio Negro e seu bispo dom Miguel Alagna — que atuam na região desde 1915 — junto ao Tribunal Bertrand Russel.

As denúncias estão contidas num documento assinado pelo escritor amazonense Márcio Souza, já entregue e aceito pelo Tribunal Internacional Bertrand Russel que vai julgar as acusações sobre a atuação dos padres na área do Rio Negro em princípios de novembro. As missões salesianas mantêm a mais tradicional linha de ação da Igreja Católica junto a áreas indígenas no Brasil. Em seu relacionamento com os índios, baseiam-se no princípio considerado ultrapassado pela própria Igreja de que todo índio é "um pagão", sendo preciso "catequisá-lo" para que se integre ao sistema sócio-econômico. Desta forma eles divergem, frontalmente, das linhas de ação missionária do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), órgão oficial da CNBB que prega respeito às culturas indígenas, defesa da terra e autodeterminação dos povos indígenas.

Atuando em faixa própria — sem qualquer critério antropológico — os salesianos do Rio Negro há alguns anos vêm impondo um sistema de catequese na região, considerado "destruidor das culturas e identidade dos índios e altamente escravizante". A Prelazia do Rio Negro ocupa uma área de 286.866 quilômetros quadrados, faz fronteira com a Colômbia e a Venezuela centralizando suas atividades no antigo povoado de Uaupés, atualmente cidade de São Gabriel da Cachoeira. Área considerada de segurança nacional, o que serve de motivo para que os padres salesianos, usando a religião como ponto central de suas atividades, considerem seu papel na região como de "importância estratégica vital, seja defendendo nossas fronteiras, seja do ponto de vista de unidade nacional, formando um só bloco de brasileiros que falem uma só língua, professem uma só religião, tenham os mesmos costumes". Por isso, consideram-se perfeitamente engajados aos objetivos de "segurança nacional" estabelecidos pelo governo brasileiro. As consequências desse trabalho são trágicas: ao perderem sua identidade natural, os índios do Rio Negro são sistematicamente destruídos e transformados em mão-de-obra barata, entregando-se à bebida, à prostituição e à violência numa espécie de "saída para seu desespero já que não se sentem nem mais índios e nem brasileiros" diz Márcio Souza, em seu relatório de acusação.

"Neste libelo reúne-se um conjunto de fatos estarecedores — ressalta o relatório enviado ao Tribunal Bertrand Russel — e clama à consciência internacional os trágicos cotidianos de nações inteiras em processo de extermínio, perpetrado por uma organização que se pretende cristã e por isto mesmo comprometida com a vida e a salvação. Trata-se do processo brutal de demolição econômica, social, cultural, posto em prática na região do Rio Negro, Amazonas, pelos missionários salesianos contra alguns dos povos mais representativos da Amazônia."

O relatório afirma que o extermínio é realizado "através da imposição da religião católica junto com um sistema educacional, reacio-

nário, autoritário e alienante, de depredação e ridicularização de valores culturais indígenas, de intromissão radical na organização e nas estruturas políticas indígenas, de mudanças no sistema autoctone de produção, e de uma exploração econômica criminosa". Fatores que, segundo o relatório "têm levado a população indígena da região a uma desaculturação profunda, acomodação característica de uma população oprimida, relações de dependência com as missões e a sociedade envolvente e a destruição gradativa".

VARIAS ACUSAÇÕES

Além do "racismo virulento que caracteriza todas as relações entre missionários e indígenas", acusa-se a Congregação Salesiana da Prelazia do Rio Negro de "negligência etnocida na falta de assistência médica preventiva, mas básica e essencial para populações indígenas em contato com o mundo branco, e novas doenças infecciosas, de que resultou a morte de mais de 50 índios de sarampo por não serem vacinados, apesar da presença missionária na região com uma enorme infra-estrutura na zona por quase oitenta anos".

As denúncias são claras: "A liberdade de expressão religiosa e cultural está sendo violada, com a proibição pelas missões das cerimônias e rituais religiosos tradicionais indígenas, essenciais à sua cultura. A bebida "caxiri" e substâncias essenciais para a realização destas cerimônias são proibidas também e a conjuntura total da religião indígena é tachada pelas missões como "diabólica" e qualquer ato religioso indígena é considerado "pecado". Além do mais, a liberdade de expressão na língua materna também está sendo cortada "pela estratégia da missão de impor violenta e irracionalmente um sistema educacional onde português é a única língua de ensino". Nos internatos mantidos pelos padres, os alunos índios foram proibidos de falar sua própria língua, "levando-os a envergonharem-se de sua própria cultura". O relatório acusa as missões salesianas do Rio Negro de "violação da liberdade de expressão em geral, através de atos opressores, ameaças e ridicularização pública de indivíduos ou das comunidades indígenas que venham a criticar a atuação missionária ou que pretendam afirmar sua própria identidade cultural". Também o "direito de ir e vir" é violado pelas missões, que exercem um controle das vias de acesso dentro e fora do território "e impedem quando convém à missão, o livre trânsito dos índios dentro de suas próprias terras, em convivência com a Força Aérea Brasileira".

"A organização social tradicional e as estruturas políticas dos indígenas — prossegue o relatório — sofrem radical interferência por parte das missões, que destruíram as malocas naturais, subverteram a autoridade das velhas lideranças pela imposição de novos líderes formados na missão, além da proibição de cerimônias indígenas que afirmam a coesão social, "numa clara violação dos direitos de manter a estrutura social tradicional e de se organizarem frente às novas circunstâncias: enfim, de decidir sobre seu próprio destino".

Também o direito à autodeterminação econômica está sendo violado pelas missões, segundo denuncia o relatório encaminhado ao Tribunal Bertrand Russel, "através da imposição de projetos econômicos, do controle de produtos indígenas e industrializados através de armazéns da missão além da indevida apropriação dos produtos do trabalho indígena".